

A semiose da notícia: por um lugar epistêmico para o estudo do Jornalismo¹

Felipe de Oliveira²

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

Resumo

O artigo discute os resultados de pesquisa de mestrado concluída em 2012 no PPGCom da Unisinos (RS), cujo título da dissertação é *Produção da notícia e movimentos sociais: processos de semiose no jornalismo*. Trata-se, aqui, de um exercício reflexivo, que põe à prova a relação epistemológica que postula-se haver entre Jornalismo e Semiótica, em especial a partir de quatro categorias de legi-signos identificadas como as que mais incidem na semiose da notícia: 1) do neoliberalismo como ambiente semiótico; 2) do jornalismo como sistema de produção de sentido; 3) dos jornais como empresas de comunicação; 4) dos jornalistas como operadores sígnicos. Isso com as atenções voltadas aos movimentos sociais como objeto semiótico representado pelo signo/notícia nas páginas de jornal.

Palavras-chave

Jornalismo; semiose da notícia; movimentos sociais.

Introdução

Pensar a prática jornalística como uma semiose implica em considerá-la um exercício de produção de signos; signos que se expressam na notícia publicada nas páginas de jornal. Está dada a inspiração teórica que ilumina este trabalho: a Teoria Geral dos Signos, de C. S. Peirce. A proposta é discutir os resultados de pesquisa de mestrado concluída em 2012 no PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos (RS), na LP2- Linguagens e Práticas Jornalísticas, cujo título da dissertação é *Produção da notícia e movimentos sociais: processos de semiose no jornalismo*³. O exercício, aqui, é reflexivo, pondo à prova a relação epistemológica que postula-se haver entre Jornalismo e Semiótica.

A investigação empreendida foi entre 2010 e 2011 e teve como ambiente de pesquisa as redações de dois jornais do Rio Grande do Sul. Num movimento etnográfico, observou-se as rotinas de produção do *Correio do Povo* e de *Zero Hora*⁴. Primeiro, uma pesquisa exploratória, de um dia em cada redação, de modo a traçar o plano para a observação. Em seguida, foram sete dias em cada jornal, aí, sim, para a pesquisa de campo propriamente dita⁵. No que diz respeito ao tema, genericamente, interessava entender como

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação do XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Felipe Moura de Oliveira é jornalista, mestre em Ciências da Comunicação (Unisinos, 2012). Doutorando na LP2 - Linguagens e Práticas Jornalísticas, bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Experiência profissional em jornalismo digital e impresso, diário e revista, telejornalismo e assessoria. E-mail: felipecomunica@gmail.com.

³ Dissertação aprovada no dia 04 de abril de 2012, sob a orientação do professor Dr. Ronaldo Henn. Banca examinadora formada pelas professoras Dra. Aline Grego Lins (Unicap) e Dra. Christa Berger (Unisinos).

⁴ Para a fluidez do texto, os jornais serão identificados também como CP (Correio do Povo) e ZH (Zero Hora).

⁵ No CP a observação foi de 19 a 25 de setembro de 2011 e em ZH de 10 a 16 de outubro de 2011.

os jornais representam movimentos sociais que se opõem ao ideário dominante como objeto semiótico, na notícia como signo. Assim, a produção jornalística é entendida como uma semiose: cada etapa do processo, desde a pauta entregue ao repórter até a edição final e a diagramação, foi observada com essa perspectiva, configurando-se uma trama de signos que acaba com o signo/notícia publicado. O movimento seguinte foi o de cotejamento do que se pudera observar às teorias do Jornalismo e da Comunicação mobilizadas.

Peirce define o signo em três categorias: quali-signo, sin-signo e legi-signo (PEIRCE, 1977). Vejamos o que tem a dizer Ronaldo Henn:

Em Peirce temos três dimensões do signo. A primeira é a que envolve aspectos qualitativos, de comportamento icônico. A segunda acentua as conexões com o objeto e possui dinâmica indicial. A terceira refere-se às convenções que fazem o signo funcionar de determinada forma e é nela que o caráter simbólico se pronuncia. É neste âmbito que operam os legi-signos, signos que, com relação a eles próprios, funcionam como tal em função da determinação de uma forte convenção (HENN, 2010, p. 88).

E ao relacionar as categorias à reflexão sobre o Jornalismo:

O acontecimento jornalisticamente constituído [...] tem uma conexão indicial com o objeto que atua fora do signo, apresenta forte expressividade de apelo icônico, mas está fortemente amarrado a convenções histórica e culturalmente instituídas (HENN, 2010, p. 88).

Interessava, então, compreender quê – e como – legi-signos incidem na produção da notícia que representa os movimentos sociais como objeto do signo. Como semiose, esse processo se dá em um ambiente semiótico caracterizado como o neoliberalismo, no qual se produzem signos com a marca dos legi-signos que o compõem. Constituem-se como legi-signos, também, as práticas jornalísticas convencionadas pelo campo profissional. Chega-se, então, a quatro categorias de legi-signos que incidem na semiose da notícia: 1) do neoliberalismo como ambiente semiótico; 2) do jornalismo como sistema de produção de sentido; 3) dos jornais como empresas de comunicação; 4) dos jornalistas como operadores sígnicos. A seguir, elas são apresentadas com base em pequeno extrato de situações observadas no CP e ZH⁶ e, por fim, advoga-se sua pertinência para o estudo do Jornalismo.

O neoliberalismo como ambiente semiótico

[...] o processo de significação – dando significados sociais aos acontecimentos – tanto assume como ajuda a construir a sociedade como um “consenso”. Existimos como membros de uma sociedade porque – é suposto – partilhamos uma quantidade comum de conhecimentos

⁶ Para saber mais sobre a observação ver: OLIVEIRA, Felipe Moura de. **Produção da notícia e movimentos sociais: processos de produção no Jornalismo**. 2012. 286 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

culturais com os nossos semelhantes; temos acesso aos mesmos “mapas de significados”. Não só somos capazes de manipular esses mapas de significados, para compreender os acontecimentos, mas também temos interesses, valores e preocupações fundamentais, em comum, que estes mapas incorporam ou refletem. Todos nós queremos manter basicamente a mesma perspectiva acerca dos acontecimentos. Neste ponto de vista, o que nos une, como uma sociedade e cultura – o seu lado consensual – ultrapassa em muito o que nos divide e distingue como grupos ou classes de grupos (HALL et. al, 1993, p. 226).

O consenso de que fala Stuart Hall é, aqui, o ideário dominante, materializado no discurso do neoliberalismo como modelo econômico. Trata-se, evidentemente, de uma premissa que se assume. O próprio Hall considera que a organização social compreende outros tipos de manifestações. Ao dizer, contudo, que o lado consensual que nos une se sobrepõe ao que nos distingue, dá lastro ao entendimento de que é neste ambiente semiótico, regido por um sistema de significação formado por signos de caráter fortemente ideológico, que se estabelece a relação entre movimentos sociais e Jornalismo.

A abertura dos mercados nacionais no final da década de 1980, com o fim da Guerra Fria e a derrota da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sob o comando dos governos de Ronald Reagan (Estados Unidos) e Margareth Thatcher (Inglaterra), impôs uma nova lógica para a economia mundial. Cristalizava-se o neoliberalismo (ROEDEL; VIEIRA, 2002). Modelo econômico que no Brasil começa a se consolidar a partir de 1990, com o presidente Fernando Collor de Melo. No que tange à política ideológica do sistema, aliás, para além das considerações econômicas, seu governo exemplifica a nova ordem. Prova são os ataques às greves do funcionalismo público desencadeadas após suas primeiras medidas. Demissões em massa e perseguição de servidores foram registradas em todo o país. Embora sejam inegáveis as diferenças ideológicas e de práticas de governo em relação aos presidentes que o sucederam (Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), as políticas econômicas seguiram alinhadas ao neoliberalismo: contenção de despesas em detrimento de investimentos públicos.

A composição dos legi-signos

Na terceira dimensão do signo, em Peirce, se manifestam os legi-signos, signos cuja marca é a convenção social (HENN, 2010). A partir deles, também, o neoliberalismo representará seus valores como objeto de signos tais como a ordem, a livre concorrência de mercado, a propriedade privada e outros que se estabelecem como pilares do sistema. Justamente pelo que tem de convenção, o legi-signo é capaz de representar objetos

exclusivamente abstratos, sem materialidade concreta. Uma ideia. Um valor. Depende só de construção social. Não representa o singular; mas sim o geral: “A palavra mulher, por exemplo, é um geral. O objeto que ela designa não é esta mulher, aquela mulher, ou a mulher do meu vizinho, mas toda e qualquer mulher” (SANTAELLA, 1983, p. 14). Convém citar novamente Lucia Santaella pelo que tem de didática:

[...] o objeto de uma palavra não é alguma coisa existente, mas uma ideia abstrata, lei armazenada na programação linguística de nossos cérebros. É por força da mediação dessa lei que a palavra mulher pode representar qualquer mulher, independentemente da singularidade de cada mulher particular (SANTAELLA, 1983, p. 14).

Não há como dissociar, portanto, a produção de sentido sobre os movimentos sociais do ambiente semiótico em que o Jornalismo está inserido. É nele que se processam as convenções que determinarão, afinal, os legi-signos a partir dos quais se produz a notícia. Neste ambiente, agem, ainda, sistemas de linguagem, de produção de sentido, como se pode definir o próprio Jornalismo, e discursos que se valem de diferentes sistemas de linguagem – além do Jornalismo, cabe destacar a Igreja, o Estado, a Escola, como exemplos – para fazer perpetuar os valores do ideário dominante.

O discurso implica o encontro entre sistemas de linguagem e as condições sociais: a sua compreensão exige uma atenção mais próxima às circunstâncias históricas, sociais e culturais da sua produção e consumo. Estudar um discurso específico implica atender a sua função social (HARTLEY, 1991, apud CORREIA, 2011, p. 70).

É neste ambiente semiótico, marcado pelo consenso neoliberal, que o Jornalismo representa e gera interpretações sobre os movimentos sociais como objeto⁷. É razoável supor que os signos/notícia sejam carregados de legi-signos cujas convenções lhes atribuem uma imagem de organizações arcaicas, considerado o sistema social vigente. E mais: a ação dos próprios movimentos se dará em reação a essa representação.

Os signos são condicionados pela forma de organização social em que os participantes se envolvem, mas também pelas condições imediatas da sua produção. Estas, na perspectiva de Hartley, implicam a atenção à estrutura social de classes e às relações de poder e de dominação que lhe são inerentes. A vida dos signos nesta lógica é também um campo de confronto social e ideológico (CORREIA, 2011, p. 71).

Ao definir a vida dos signos como campo de confronto, citando Hartley⁸, João Carlos Correia contribui à postulação de que é preciso entender o que há nos jornais,

⁷ Na referida dissertação, defende-se o conceito de movimentos sociais que orienta a reflexão, excluindo grupos de defesa do consumidor, por exemplo, que buscam reestabelecer a ordem do sistema econômico; não superá-la (GOHN, 2003).

⁸ HARTLEY, John. **Understanding News**. Londres: Routledge, 1991.

pensados, também, como parte do ambiente semiótico em que se produz sentido sobre os movimentos sociais e como sistema semiótico que opera com seus legi-signos na forma de práticas, que acaba servindo ao consenso neoliberal. Se admite-se esse confronto – e já o conceito de semiose em Peirce (1977) o pressupõe: é infinita e incontrolável; jamais será possível prevê-la antes de desencadear-se –, como agem os legi-signos nas redações?

As práticas jornalísticas como legi-signos

A produção da notícia configura-se numa rede de mediações, uma semiose complexa, que sofre intervenções de várias ordens, com início na pauta, entregue ao repórter – e que já se constitui como o primeiro signo que gerará um interpretante antes mesmo do contato com o fenômeno que se prestará a objeto do signo/notícia. Até que esse signo/notícia acabe na página do jornal, passa por etapas consagradas como padrão: a redação do texto; o refinamento do editor; a eventual revisão do chefe de reportagem; as proposições do diagramador, do diretor de fotografia; a intervenção do diretor de redação... Todos na direção da codificação à linguagem que a redação julga necessária, evocando princípios da linha editorial do jornal, manuais de redação e até elementos de outros campos de conhecimento. As práticas jornalísticas podem ser entendidas também como legi-signos que orientam a semiose da notícia⁹. É uma interpretação razoável a partir do que Peter Golding e Philip Elliott (1979)¹⁰, em Mauro Wolf (1995), definem como valor-notícia:

[...] critérios de selecção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final. [...] funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público. Os valores-notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redactoriais. [...] Na realidade, os valores-notícia estão continuamente presentes nas interacções quotidianas dos jornalistas na sua cooperação profissional. Mas, mais ainda, constituem referências, claras e disponíveis, a conhecimentos partilhados sobre a natureza e os objectos das notícias, referências essas que podem ser utilizadas para facilitar a complexa e rápida elaboração dos noticiários (GOLDING; ELLIOTT, 1979 apud WOLF, 1995, p. 175-176).

Se no ambiente semiótico no qual atua o Jornalismo predominam legi-signos que representam valores conservadores, mantenedores do consenso neoliberal, não haveria

⁹ Ao investigar as fronteiras entre o Jornalismo e a Arte na produção de ilustrações de jornais diários, Gilmar Hermes (2005) identificou legi-signos que tendem a constituir a forma como os profissionais pensam o seu trabalho e, consequentemente, agem como uma espécie de parâmetro na produção de sentido.

¹⁰ GOLDING, Peter., ELLIOTT, Philip. **Making the news**. Londres: Longman, 1979.

como a prática de jornalistas fugir dessa regra. É o que explica Nelson Traquina (2001) sobre a escolha dos profissionais na redação. Citando Robert Manoff (1986)¹¹, diz que ela “[...] é orientada pela aparência que a *realidade* assume [...], pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas” (MANOFF, 1986 apud TRAQUINA, 2001, p. 87). Os valores-notícia, portanto, segundo Stuart Hall¹², também citado por Traquina (2001):

[...] operam como uma estrutura de primeiro plano, que pressupõe uma “estrutura profunda”, que está escondida – as noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade que ajudam a marcar as fronteiras entre o “normal” e “desvio”, entre o “legítimo” e o “ilegítimo” (HALL, 1984 apud TRAQUINA, 2005, p. 86).

O Jornalismo opera a partir das noções consensuais que determinam o que seja o normal e o desvio, o legítimo e o ilegítimo. É lógico inferir que os movimentos sociais são naturalmente entendidos como marginais para jornalistas imersos nas rotinas de produção, submetidos às mais diversas condições de cobrança por valores como eficiência, agilidade, e instantaneidade na construção da notícia.

Que legi-signos são esses

Das redações do *Correio do Povo* e de *Zero Hora* sai uma multiplicidade de signos, que, ao assumir a forma de lei, determinam uma espécie de “semiose padrão” que se desencadeia durante a produção da notícia; da semiose da notícia. É a partir dela que todos os profissionais que compõem a redação produzem sentido acerca dos movimentos sociais – e não só dessas organizações, claro, mas aqui é sobre o que recai o interesse de pesquisa.

A principal inferência que sai do cotejamento entre o exercício etnográfico empreendido no mestrado e as teorias que iluminam a reflexão é a constituição das quatro categorias de legi-signos, cuja ação é mais ou menos direta na semiose da notícia. Note o raciocínio. Se há um ambiente semiótico do qual faz parte o Jornalismo, como campo profissional e sistema de produção de sentido, aí estão as duas primeiras categorias de legi-signos, na ordem crescente de incidência, inclusive, da menor para a maior: aqueles com relação ao ambiente semiótico e aqueles ao Jornalismo como sistema. Ambas, no entanto, são categorias que poderiam ser aferidas antes mesmo de uma incursão às redações. No ambiente semiótico em que circula cristalizado o consenso neoliberal, serão nele calcados

¹¹ MANOFF, Robert Karl; SCHUDSON, Michael. **Reading the news**. New York: Pantheon Books, 1986.

¹² HALL, Stuart. **The narrative construction of reality**: na interview with Stuart Hall. *Southern Review*, col17, n1, 1984.

os legi-signos a partir dos quais se produz sentido, seja qual for o sistema. O Jornalismo também tem suas convenções; como legi-signos, determinam o que seja o fazer jornalístico.

As duas outras categorias, sim, embora antes fosse possível suspeitar que agissem, só foram identificadas com o exercício etnográfico mesmo: a uma se atribui os legi-signos que determinam CP e ZH enquanto empresas e, mais do que isso, empresas jornalísticas, com suas políticas estratégico-empresarias e até a linha editorial como veículo de comunicação; à outra cabem os legi-signos que estão diretamente relacionados à formação do jornalista que opera na condição de interpretante do signo, ao representar um acontecimento, como objeto semiótico, no signo/notícia que produz. E a ordem de incidência na semiose também parece ser crescente, o que levaria a um esquema que tem – da categoria menos potencial a mais potencial – a seguinte disposição: legi-signos no nível do ambiente semiótico; os legi-signos que constituem o Jornalismo como sistema de produção de sentido; os jornais enquanto empresas de comunicação; os legi-signos que põem o jornalista como sujeito da semiose da notícia, na condição de interpretante.

Do neoliberalismo como ambiente semiótico

Sendo os jornais empresas de comunicação no sistema capitalista, protagonistas, a ação da categoria do neoliberalismo como ambiente semiótico é inevitável. É o que pudera se observar tanto no *Correio do Povo* quanto em *Zero Hora*. No CP, logo na primeira reunião de capa¹³, na pesquisa de campo, segunda-feira, 19 de setembro de 2011, aparece indício revelador. O diretor de redação¹⁴ orienta que seja pormenorizada a importância de ações mais radicais que trabalhadores da Brigada Militar (BM) que reivindicavam reajustes salariais, com a queima de pneus em rodovias, estavam empreendendo. Aponta-se, aí, a incidência de um legi-signo que conserva a ordem. Eis a sua frase: “A decisão deles [BM] é relevante, mas vamos aliviar para não incentivar, né [os protestos]”¹⁵.

Em ZH, na construção de um signo/notícia que representaria argumentos favoráveis e contrários à meia-entrada para estudantes em eventos culturais como política pública, também age esta categoria. Quando é demandado, o repórter que executará a pauta, espontaneamente, comenta com o coordenador de produção da editoria de Geral: “É,

¹³ Reunião que define quês matérias terão destaque em todas as editorias e quais serão as manchetes da edição.

¹⁴ No texto da dissertação a que se refere este artigo estão nominados os profissionais que ocupam cargos de direção no *Correio do Povo* e em *Zero Hora*, como é o caso do diretor de redação do CP. Neste momento, no entanto, prefere-se não revelar sua identidade.

¹⁵ Diálogo observado pelo pesquisador durante a pesquisa de campo.

porque alguém vai pagar a conta”¹⁶. Frase que denota a incidência de um legi-signo que representa um objeto/valor caro ao sistema capitalista: o lucro. Para o repórter, a medida teria de ser custeada por alguém – nesse caso, os demais espectadores dos espetáculos nos quais fosse aplicada ou mesmo o poder público. Opinião que não abarca a possibilidade de eventual prejuízo a algum desses setores ante a política de garantia de acesso à cultura. A preservação da ordem do mercado, como legi-signo, incide na semiose da notícia.

Voltando às negociações entre Brigada Militar e Governo do Estado por reajuste salarial como objeto, evoca-se frase cunhada pelo editor da editoria de Geral do CP logo após saber que esposas de policiais militares compunham os protestos: “Uma associação das esposas dos brigadianos? Mas que falta de laço”^{17,18}. Age, explicitamente, um legi-signo que representa o machismo como objeto. Machismo que se perpetua no neoliberalismo. No Jornalismo não seria diferente. É o que conclui Marcia Veiga da Silva, após pesquisar relações de gênero na produção da notícia e concluir o masculino como o gênero do campo.

Observando-os [os jornalistas] no cotidiano, num primeiro momento, as piadas entre eles, muitas vezes de cunho estereotipado ou de conotação sexual, chamaram atenção. [...] Foi nos meandros destes relacionamentos que com o tempo pude entender que ali estavam em jogo convenções de gênero que foram se mostrando constituintes das relações de poder, das hierarquias [...]. Mais do que isso, acabavam incidindo nos modos de produção e nas notícias [...] (SILVA, 2010, p. 100).

Do jornalismo como sistema de produção de sentido

Considera-se, diante do exposto até aqui, o Jornalismo como sistema de produção de sentido; constitui-se por legi-signos que orientam seu fazer. É uma interpretação razoável do que Barbie Zelizer define como *comunidade interpretativa* a partir da qual os jornalistas compartilham uma forma de ver o mundo, que servirá, também, para a legitimação dos valores-notícia (2000). No *Correio do Povo* e em *Zero Hora* foi possível observar legi-signos dessa ordem. E exemplos não faltam.

No CP, no primeiro dia de observação, segunda, 19 de setembro, o chefe de reportagem fez uso desse expediente para redimensionar uma das pautas que envolvia as negociações entre trabalhadores da Brigada Militar e o Governo do Estado por reajuste salarial. Tinha ele, na agenda deixada pelo pauteiro, no dia anterior, uma reunião que ocorreria entre as partes, marcada para as 14 horas. Ao ouvir, na rádio *Gaúcha*, emissora do

¹⁶ Diálogo observado pelo pesquisador durante a pesquisa de campo.

¹⁷ Expressão característica da cultura tradicionalista gaúcha que denota falta de rigor. No contexto marido e mulher, como se o homem não impusesse a autoridade que lhe é outorgada pela sociedade machista.

¹⁸ Diálogo observado pelo pesquisador durante a pesquisa de campo.

Grupo RBS, concorrente do Grupo Record, a quem pertence o CP, uma informação sobre reunião marcada para a manhã, passou a rever sua organização. E mais: a primeira medida adotada foi justamente ligar para um colega da TV Record que poderia ajudá-lo a interpretar a pauta, por assim dizer, aproximando-se da reflexão de Zelizer (2000). Ao descobrir que haveria evento sobre o tema às 10 horas, pediu que um repórter apurasse.

Foi do acompanhamento das equipes de reportagem, durante a apuração das informações, na rua, que saíram os principais indícios que contribuem a ideia de que a *comunidade interpretativa* se estabelece, sim, como legi-signo norteador da atuação dos jornalistas. Em ZH, sobretudo, na cobertura dos protestos ligados ao movimento *Occupy Wall Street*, em Porto Alegre, no sábado, 15 de outubro. Primeiro, o repórter sai da redação destacando a página da edição do periódico daquele dia que anunciava o acontecimento. É a partir dele que se cerca de informações de contexto. Ao chegar ao Parque da Redenção, onde ocorriam as manifestações, as primeiras fontes que contribuem à sua representação do acontecimento são as que o repórter da rádio *Gaúcha* está ouvindo. E, por fim, antes que deixasse o local, o repórter busca mais informações com um colega de outro jornal da Capital, revelando, explicitamente, um apoio à sua interpretação propriamente dita.

Ignacio Ramonet critica o que chama de *mimetismo*:

[...] aquela febre que se apodera repentinamente da mídia (confundindo todos os suportes), impelindo-a na mais absoluta urgência, a precipitar-se para cobrir um acontecimento (seja qual for) sob o pretexto de que os outros meios de comunicação – e principalmente a mídia de referência – lhe atribuam uma grande importância. Essa imitação delirante, levada ao extremo, provoca um efeito bola-de-neve e funciona como uma espécie de auto-intoxicação: quanto mais os meios de comunicação falam de um assunto, mais se persuadem, coletivamente, de que este assunto é indispensável, central, capital, e que é preciso dar-lhe ainda mais cobertura, consagrando-lhe mais tempo, mais recursos, mais jornalistas (RAMONET, 2001, p. 20-21).

Do ponto de vista do fazer jornalístico mesmo, de um procedimento que se torna padrão e, assim, legi-signo, a utilização de agências de notícias como fontes também é uma situação observada recorrentemente¹⁹. Foi assim quando o editor de Economia do CP, no início da cobertura sobre as negociações por reajustes salariais entre bancários e banqueiros, na quarta-feira, 21 de setembro de 2011, editara uma nota com informações de agências,

¹⁹ Hebe Gonçalves de Oliveira (2010) conclui, ao investigar processos produtivos de agências de notícias brasileiras, que há uma vinculação muito dinâmica entre o que elas produzem e a cobertura de Economia dos jornais, em especial no ponto de vista sobre o qual se olha o objeto. Vinculação expressa pela relação comercial entre agentes do capitalismo, na compra e venda de informação, e que se manifesta também em outras editorias, mas que, pelas peculiaridades da Economia parecem ficar mais latentes.

retratando a proposta oferecida à categoria pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), e anunciando que na quinta o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre realizaria assembleia para avaliá-la. Ao fazê-lo dessa forma, exclui a possibilidade de intervenção de um repórter, na condição de interpretante que teria acesso direto ao objeto/sujeito (o sindicato da Capital gaúcha). No caso ora em análise, sequer um dirigente sindical compõe o signo/notícia que representa a assembleia. Na hierarquia de fontes oficiais ouvidas pela agência, mantida pelo editor do CP, estão a Fenaban, com a representação do índice que propõem os bancos, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que orienta bancários de todo o país a rejeitar a proposta. Duas fontes oficiais. E apenas as duas.

Correio do Povo e Zero Hora, as empresas que produzem sentido

A expectativa por ver as questões de cunho estrutural agindo na condição de legi-signo no *Correio do Povo* é contemplada no terceiro dia de observação: quarta-feira, 21 de setembro. E logo a partir de um episódio expressivo. É a madrugada em que funcionários da Carris, empresa pública de transportes de Porto Alegre, representados pelo Sindicato dos Rodoviários, promovem manifestação em frente ao estacionamento dos ônibus, impedindo as saídas. A razão do protesto são denúncias de corrupção contra a direção, substituída pela prefeitura da Capital nos dias anteriores. O acontecimento era previsto, com horário marcado para as 5 horas. Pois preste atenção na justificativa do chefe de reportagem do turno da manhã para a ausência da pauta na sua agenda do dia: “Não foi ninguém, nem vamos fazer nada sobre isso. Não tenho gente. Tomei essa decisão. Estamos segurando o jornal sozinhos. Tenho dois fotógrafos e três pautas 500”²⁰. Há, na fala do profissional, a ação de dois legi-signos, ambos de incidência direta na semiose da notícia – nesse caso da ausência de um signo/notícia, na edição do dia seguinte, que representasse a manifestação dos trabalhadores da Carris como objeto: 1) a falta de pessoal no CP para atender à agenda da cidade; 2) a pauta 500 como símbolo que determina interesse comercial do jornal.

Ao ler a edição de quinta, não é difícil imaginar a avaliação de um dirigente do Sindicato dos Rodoviários, que diria: a estratégia do CP, como protagonista no capitalismo, empresa de comunicação, é boicotar a ação dos trabalhadores. Mas a explicação para a ausência de uma notícia que dê conta do protesto é mais complexa. Ainda que a constituição da “pauta 500” como legi-signo seja carregada de signos da ordem do consenso neoliberal, que pressupõe interesses comerciais do jornal acima do serviço que presta à

²⁰ Declaração informal concedida ao pesquisador durante a pesquisa de campo.

sociedade, do interesse público, o que determina que o acontecimento não teria cobertura do CP é a falta de estrutura na redação. Não havia repórteres nem fotógrafos. Simples assim.

Em ZH, também foi possível levantar indícios reveladores. O ambiente semiótico interno a partir do qual o coordenador de produção da editoria de Geral forma sua agenda de acontecimentos do dia é constituído apenas pela escuta de veículos do Grupo RBS ou da Rede Globo²¹. Uma clara manifestação da política empresarial agindo como legi-signo que determina quais serão as fontes de acesso secundário à informação. E é assim durante todos os dias; o dia inteiro. Pelo menos fora durante os sete dias da pesquisa de campo.

Ao responder sobre o que definiria a editoria que cobriria acontecimentos que tivessem greves como objeto, o editor executivo da editoria de Geral de ZH diz que com ele ficariam os acontecimentos que afetassem a população. Leia-se: passeatas que interrompem o trânsito, serviços básicos suspensos e outros eventos dessa natureza. A disputa de classe que se materializa em negociações entre trabalhadores e direção das empresas por reajustes salariais cabe à editoria de Economia, afastando o debate do cotidiano da cidade. Reside, aí, um legi-signo da categoria do ambiente semiótico que se naturaliza na redação de ZH a tal ponto que age, mais do que isso, na condição de legi-signo de convenção jornalística da empresa de comunicação, considerando-o na seara da linha editorial do veículo.

E é o mesmo legi-signo que age quando, ainda em ZH, o coordenador de produção de Geral chama, imediatamente, o produtor de Economia ao receber a informação de que há protesto do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul na ponte do Guaíba, em Porto Alegre, que tranca o trânsito. Como não teria repórter para mandar, manda só um fotógrafo e transfere a demanda à editoria de Economia, que será responsável por apurar qual é o pleito. Não há nenhuma avaliação sobre a direção da semiose que se desencadeará no leitor sendo uma ou outra a editoria, como rubrica; legi-signo que é parte do signo/notícia.

Não poderia faltar o mais expressivo dos exemplos. É público e notório que o CP é controlado pelo Grupo Record, do bispo Edir Macedo, maior autoridade da Igreja Universal do Reino de Deus. Na sexta, 23 de setembro, ao orientar o jornalista que faria a capa da edição de domingo, o profissional responsável por sua execução diz que o diretor de redação pediu para ler o material dos colunistas. Quando percebe a atenção do pesquisador, em tom de brincadeira, explica: “Pra ver se não tem nada contra a Igreja Universal. Alguma coisa de contrabando”²². É um constrangimento a que estão submetidos jornalistas no CP

²¹ O Grupo RBS é afiliado da Rede Globo no Rio Grande do Sul.

²² Declaração informal concedida ao pesquisador durante a pesquisa de campo.

que se constitui como legi-signo na semiose da notícia: eventos da Igreja Católica, por exemplo, tem sua dimensão reduzida independentemente do valor-notícia a ele atribuído.

Dos jornalistas como operadores sígnicos

Antes que se discorra sobre os legi-signos da categoria dos jornalistas como operadores sígnicos é preciso que algumas definições conceituais sejam postas novamente à luz do debate. A começar pelo papel que executa o repórter na semiose da notícia. Na condição de interpretante será ele, no contato que tem com o objeto, ao apurar as informações sobre determinado acontecimento, o primeiro a gerar um signo que o representará: a matéria redigida. Entretanto, agem no processo outros profissionais que podem intervir no signo/notícia que será publicado – e o editor é o exemplo mais concreto.

Quanto ao potencial conferido a esta categoria na semiose da notícia, a explicação é objetiva: o jornalista é quem, imbuído de princípios que resultam da equação das três anteriores, ora mais, ora menos, será responsável por escolher quais signos representarão o objeto semiótico. Portanto, os legi-signos que o formam como profissional apto a exercer essa função, fundamentalmente, incidem na semiose. É o que Peirce, citado por Aline Grego Lins, chama de *experiência colateral* – ou *observação colateral*:

[...] como observação colateral não quero dizer intimidade (familiaridade) com o sistema de signos. O que assim é inferido não é colateral, pelo contrário, constitui o pré-requisito para conseguir qualquer ideia significada do signo. Por observação colateral quero referir-me à intimidade prévia com aquilo que o signo denota (PEIRCE, 1992 apud LINS, 2003).

O próprio Peirce, então, atribuiria mais importância à familiaridade prévia com aquilo que o signo denota – o objeto – do que à intimidade com o sistema de signos, o Jornalismo como sistema de produção de sentido, suas convenções como legi-signos. Assim, as convicções do jornalista, sejam lá da matriz que forem, são indissociáveis da ação como operador sígnico. Seu repertório agirá como legi-signo no processo de representação dos objetos com os quais se depara. Agora, é paradoxal a proposta que põe essa categoria enquanto mais potencial na produção de sentido: ao mesmo tempo em que se admite a possibilidade de semioses alternativas àquelas consideradas como padrão nas redações do CP e de ZH, pouco se pôde observá-las, efetivamente, durante a pesquisa de campo.

Há, no CP, mais de uma situação que evidenciam a ação de legi-signos desta categoria. A opção é por tratar só da mais expressiva. Na quinta-feira, dia 22 de setembro, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre realizava assembleia para definir pela adesão ou

não à iminente greve nacional por pressão aos bancos, que haviam apresentado proposta de reajuste considerada insuficiente pela Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). Quem cobre o acontecimento previsto é o repórter do plantão; está marcado para as 19 horas. Ao apurar as informações, da redação, por telefone, descobre que a assembleia rejeitou a proposta dos bancos e aderiu ao movimento grevista. O espaço para a publicação do signo/notícia já está definido, alheio a qual fosse o objeto que representaria – nesse caso, a confirmação da greve que começaria na semana seguinte. Ao explicar o procedimento, o editor de Geral diz: “O espaço já estava previsto, mas depende: se eles fossem entrar em greve agora, que fosse causar algum transtorno para a população, poderia até dar capa. Mas anunciam que vão entrar dia tal...”. Em seguida, completa: “Às vezes muda a data. É para usar a imprensa... O que é que é isso? É usar a imprensa como poder de barganha. A gente não pode... Como é que eu vou te dizer? Não é ser trouxa, mas a gente tem que ficar esperto nesses casos”. Com a atenção do editor-chefe, ironiza: “E também estão reclamando de aumento... Bancário ganha bem! Quem ganha pouco é jornalista”²³. Não age em maior escala outros legi-signos senão aqueles da ordem da experiência pessoal do jornalista, uma opinião sua sobre o tema, o que Perice chamaria de *common ground*²⁴. E não haveria como ser diferente. Nunca é demais destacar que jornalistas são:

[...] pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, um depósito de significados culturais armazenados e de padrões de discursos. As notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração (SCHUDSON, 1995 apud TRAQUINA, 2004, p. 170-171).

Em ZH, na reunião de pauta da manhã de segunda-feira, 10 de outubro, quando o produtor de Economia cita as matérias em que sua editoria trabalhava, aparecem as greves dos trabalhadores dos Correios e dos bancários. O produtor de Cultura sugere, já a partir do que parece ser seu repertório prévio, que ambos os objetos sejam representados no mesmo signo/notícia, pelos transtornos que as greves, associadas, causariam à população. O coordenador de produção de Geral intervém, revelando, explicitamente, seu *common ground*: “Na vida da classe média adulta, o leitor da ZH²⁵, não faz tanta diferença: paga as contas pela *internet*”²⁶. Defende ele que o signo/notícia, como proposto, não se sustentaria.

²³ Declaração informal concedida ao pesquisador durante a pesquisa de campo.

²⁴ Numa livre tradução da língua inglesa para o português: *terreno comum*.

²⁵ Sobre público-alvo, semiose e processo criativo, reflexão suscitada pela fala do jornalista de ZH, ver: SALLES, Cecília Almeida. *Crítica Genética e Semiótica: Uma Interface Possível*. São Paulo, FAPESP/ILUMI/URAS, 2000; *Gesto inacabado: processo de criação artística*. 3 ed. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2004.

²⁶ Diálogo observado pelo pesquisador durante a pesquisa de campo.

Contribuição ao debate: perspectivas

O que se espera, sem nenhuma pretensão demasiada, é que o exercício que ora se encerra preste-se a estimular a reflexão sobre a Semiótica como um dos lugares epistêmicos possíveis para o estudo do Jornalismo, a partir da Teoria Geral dos Signos, de C. S. Peirce, como defende Ronaldo Henn (2008). Mais do que isso: com o relato, breve, é verdade, como exige o protocolo de um artigo acadêmico, da pesquisa de mestrado que se dedicou a acompanhar, nas redações, o que se está chamando de semiose da notícia, a relação entre teoria e método é também destacada. O passo seguinte é o debate sobre a contribuição que essa perspectiva tem a dar para a produção do conhecimento – e a expectativa é que este trabalho seja ponto de partida mesmo; não de chegada.

Já se pode aferir, contudo, sem o receio de uma eventual precipitação, que a “produção jornalística possui caráter essencialmente semiótico. Seja pela pretensão representacional intrínseca ao processo, seja pela oferta de sentidos sobre o mundo que ela opera [...]” (HENN, 2008)²⁷. E nos meandros dessa produção age uma série de legi-signos que precisam ser compreendidos para proporcionar, ao campo profissional e à epistemologia, subsídios à concretização de um projeto comprometido em fazer do Jornalismo capaz de dar a ver da realidade social de um ponto de vista mais heterogêneo; refletir sobre seus métodos.

Fica, agora, no horizonte, uma proposta de compreensão do Jornalismo como uma das instituições de mediação social (MARTÍN BARBEIRO, 1997)²⁸; instituição que media a realidade caótica dos acontecimentos, ao significá-los, representando-os, enquanto objeto, no signo/notícia, e o papel que cumpre na construção social da realidade – para tanto é preciso recorrer a Berger e Luckmann (1995)²⁹ com vistas a profundidade almejada – de modo a produzir o conhecimento³⁰ necessário para que o sujeito, em sociedade, emancipe-se e possa exercer sua *ação comunicativa* na esfera pública (HABERMAS, 2003)³¹.

²⁷ Acesso on-line.

²⁸ MARTÍN BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

²⁹ BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 12ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

³⁰ Sobre Jornalismo como forma de conhecimento ver: GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da Pirâmide**. Porto alegre: Tchê, 1986.

³¹ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

Referências bibliográficas

- CORREIA, João Carlos. **O admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos**. Covilhã: UBI, LabCom, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. Cidadania, Meios de Comunicação de Massas, Associativismo e Movimentos Sociais. In: PERUZZO, Cícilia M. K. Peruzzo, ALMEIDA, Fernando F. **Comunicação para a Cidadania**. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003.
- HALL, Stuart et. all. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993. pp. 224-247.
- HENN, Ronaldo. **Jornalismo como semiótica da realidade social**. 2008. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_375.pdf>. Acesso em: 25 jun 2012.
- HENN, Ronaldo. O acontecimento em sua dimensão semiótica. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia (Org.). **Jornalismo e Acontecimento**. Mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular. 2010. p.77-92.
- HERMES, Gilmar. **As ilustrações de jornais diários impressos: explorando fronteiras entre jornalismo, produção e arte**. 2005. 698f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2005.
- LINS, Aline Maria Grego. **A experiência colateral e sua importância para a semiose telejornalística**. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP15_linz.pdf>. Acesso em: 22 jun 2012.
- OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. **A notícia exclusiva na lógica de distribuição em conglomerados da mídia brasileira: estudo das rotinas nas agências Estado, Folhapress e O Globo**. 2010. 678 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.
- PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ROEDEL, Hiran; VIEIRA, Fernando Antônio da Costa. Desafios dos Movimentos sociais em tempos de Globalização. **Revista Outubro**. São Paulo, n. 7, p. 23-36, 2002.
- SANTAELLA, Lucia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Márcia Veiga de. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2004.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Revista de Comunicação e Linguagens**. Lisboa. 2000. P. 34-61.